

Disputas narrativas pela memória de Marielle

Narrative disputes for the memory of Marielle

Sergio Schargel

sergioschargel_maia@hotmail.com

Mestrando em Literatura na PUC-Rio

Felipe Bressane

felipebressane15@hotmail.com

Bacharel em Direito pela UFF

Taissa Maia

taissamac@hotmail.com

Mestranda em Comunicação pela UFRJ

Resumo

O presente artigo discute as diferentes abordagens que envolvem o conceito de memória, compreendendo que os eventos públicos estão em constante disputa política. Sendo assim, a memória coletiva formada em torno desses eventos é construída como resultado de um campo conflituoso. Buscou-se refletir sobre algumas das diferentes forças e motivações por trás dos discursos que surgiram após o assassinato da vereadora, em 2018.

Palavras-chave: Marielle, memória, narrativas, legado.

Abstract

This article discusses different approaches that involve the concept of memory, understanding that public events are in constant political dispute. Thus, the collective memory formed around these events is constructed as result of a conflicting field. The main intention of this article was to reflect on some of the different forces and motivations behind the speeches that arose after the murder of the city councilor, on 2018.

Keywords: Marielle, memory, narratives, legacy.

Embora possa haver um entendimento de que a memória é algo limitado ao indivíduo, o conceito de memória não é unívoco. Estudioso da temática, Michael Pollak trabalha a ideia de que, se, num primeiro momento, a “memória parece ser um fenômeno individual, algo relativamente íntimo, próprio da pessoa” (POLLAK, 1992, p.201), ao citar Maurice Halbwachs, o autor desenvolve a memória como um fenômeno que se desdobra tanto em esfera particular como também – ou sobretudo – de forma coletiva ou social. Seguindo esse entendimento, se, de fato, a memória é uma ocorrência coletiva, seria, por conseguinte, fruto de uma construção coletiva, mas não apenas; seria também elemento de organização, construção e identificação do coletivo. Um grupo, para identificar-se como tal, necessita de referenciais comuns. A memória atua, portanto, como “elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si” (POLLAK, 1992, p.204).

Pollak acrescenta ainda que, seguindo este raciocínio, a concepção do que é tido como memória moldará o autorreconhecimento, a concepção de si e, desta forma, a atuação de grupos e, conseqüentemente, da sociedade (POLLAK, 1992, p.206). Sem terminar por aí, o autor aborda o fato de que, sendo coletiva, a memória se vê refém de mudanças constantes (POLLAK, 1992, p.205). A memória é algo construído, consciente ou inconscientemente, social e individualmente, e tratar de memória, desta forma, é tratar de narrativas. Possuir a narrativa da memória, ser capaz de manipular o que se recalca, o que se reproduz, é, nesta lógica, ser capaz de moldar ou, no mínimo, influir na identificação de um grupo e, por consequência, de todo o corpo social. Por conta disso, falar de memória é falar de divergências e, em decorrência, de disputas. A memória não é uniforme, e o que se entende por ela é algo construído. Ser capaz de influir em como essa memória se constrói é ser capaz de influenciar em como a sociedade se porta e se identifica. Ter autoridade sobre a memória é ter autoridade sobre o corpo social.

Em outra ótica, Andreas Huyssen aponta a problemática da memória coletiva na contemporaneidade, momento em que se observa uma proliferação de resgates memorialísticos de pequenos grupos sociais e étnicos. O autor fala de uma cultura da memória que está sendo praticada dentro de uma dinâmica global e midiática, em que todos esses resgates coexistem de forma, muitas vezes, contrastante (HUYSSSEN, 2000, p.19). Sendo assim, Huyssen pergunta se é possível haver uma memória coletiva consensual. Considerando o contexto mais recente das redes sociais, o debate ganha novas proporções, levantando outros questionamentos acerca da impossibilidade de coesão cultural. Nesse sentido, há um contraponto entre a visão de Huyssen e de Beatriz Sarlo.

Identifica-se o pensamento de Sarlo na seguinte afirmação: “a memória é um bem comum, um dever e uma necessidade jurídica, moral e política” (2007, p.47). É claro que sua reflexão parte de uma análise do papel exercido pela memória coletiva em um momento histórico específico e que possui uma delimitação geográfica conhecida: o período posterior às ditaduras na América Latina. Assim como Huyssen, a autora também problematiza a chamada *guinada subjetiva* em uma realidade *mediatizada* e no trato de qualquer evento passado. Faz uma importante crítica ao privilégio do relato testemunhal como única fonte de verdade quando se analisa fatos históricos. Contudo, não sem antes reconhecer que o campo da memória permite a responsabilização jurídica dos culpados por crimes contra o coletivo. Não só isso, permite a permanente *vigília* para que tais crimes não voltem a se repetir.

Mas a memória enquanto um dever, levada ao estatuto de um bem comum a todo o corpo social, ainda esbarra numa outra questão, diferente dos problemas relativos ao testemunho e à proliferação de subjetividades. Segundo Sarlo, o campo da memória está sujeito a um conflito constante (2007, p.20). Quando a memória de um evento pessoal se torna manifestação pública, passível de cooptação pelo jogo político, grupos disputam a narrativa desse evento. É nessa identificação da autora que o presente artigo se debruça para compreender o caso Marielle Franco, tentando analisar algumas das disputas pela memória da ativista carioca, eleita em 2016 para ocupar o cargo de vereadora na Câmara Municipal do Rio de Janeiro e assassinada na noite de 14 de março de 2018.

Marielle Francisco da Silva nasceu no Complexo da Maré, Rio de Janeiro, e sendo mulher, negra e assumidamente LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis), personificava parcelas da sociedade historicamente oprimidas e excluídas. Tendo começado a trabalhar aos 11 anos, ajudando seus pais como camelô, para financiar seus estudos, posteriormente matriculou-se num pré-vestibular comunitário, vindo a ingressar no curso de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), que frequentou com bolsa integral (CANÔNICO, 2018). Após a morte de uma amiga, vítima de bala perdida, começou a militar na defesa dos direitos humanos. Concluída a graduação, fez mestrado em Administração Pública pela Universidade Federal Fluminense, com a dissertação “UPP - A redução da favela a três letras: uma análise da política de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro” (CARNEIRO, 2018).

Nas eleições de 2006, fez parte da equipe de campanha de Marcelo Freixo para deputado estadual. Com a eleição de Freixo para a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ), foi nomeada assessora parlamentar, vindo na sequência a ocupar a coordenação da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da ALERJ. Para dar seguimento ao seu

trabalho como ativista, candidatou-se, nas eleições de 2016, à Câmara Municipal do Rio de Janeiro, sendo eleita com 46.502 votos para o cargo de vereadora (CARNEIRO, 2018).

Entretanto, sua trajetória foi interrompida de forma brutal. Em 14 de março de 2018, após participar do evento “Jovens Negras Movendo as Estruturas”, na zona central do Rio de Janeiro, Marielle retornava para sua casa na Tijuca, quando, ao passar de carro na Rua Joaquim Palhares, no bairro do Estácio, um outro veículo emparelhou com o seu e abriu fogo. Seu carro foi alvejado por diversos tiros, um brutal assassinato que, além de ter causado a sua morte, também vitimou o motorista do veículo, Anderson Pedro Gomes (FOLHA DE S. PAULO, 2018).

Apenas cerca de 6% dos homicídios dolosos são elucidados no Brasil (COUTELLE, 2018) e 194 políticos ou ativistas foram assassinados entre 2013 e 2018 (NOSSA, 2018). Apesar disso, o caso de Marielle se destacou. Logo no dia seguinte, milhares de manifestantes foram às ruas não somente do Brasil, mas também em cidades como Paris e Nova York (G1, 2018). Marielle tornou-se a semente de uma ideia, sinônimo de resistência. O peso do homicídio, um silenciamento forçado de uma voz destoante da hegemonia político-cultural, resultou na mobilização de diversos setores diferentes da sociedade civil.

No intuito de traçar narrativas acerca da vida e atuação de Marielle, pode-se identificar disputas de como construir a figura da vítima. A título de exemplo, simpatizantes de sua luta política fizeram e continuam fazendo campanhas de reconhecimento de seu legado. A memória coletiva absorveu, de certa forma, a dor da morte da vereadora e o medo que essa morte passa. Assim, foi homenageada de diversas formas: virou nome de rua (G1, 2018), espaço público em Paris (VEJA, 2019), diretório de estudantes da PUC-Rio (ABREU, 2019), samba (AGÊNCIA BRASIL, 2019). Houve e há um forte movimento de preservação de sua memória e, consequentemente, de sua luta.

Em sentido inverso, houve e há uma tentativa de desvalorizar o seu legado, esvaziar a sua pessoa, eliminar a sua memória e revisar as suas contribuições. Na polarização que se intensificou no país em 2018 e 2019, grupos conservadores atacaram, direta ou indiretamente, tanto a pessoa quanto a ideia Marielle Franco, valendo-se de deturpações, desmoralização, distorções e informações falsas. Para efeito de exemplo, os seguintes atos aconteceram: uma informação disseminada dizia que Marielle era casada com o traficante Marcinho VP e ligada à facção criminosa Comando Vermelho; foi replicada em grande quantidade em redes sociais e compartilhada até por um deputado federal (G1, 2018); a simbólica quebra da placa que carregava o nome de Marielle Franco por dois candidatos a deputados (inclusive um seria, posteriormente, o mais votado do estado do Rio) em um comício organizado pelo então candidato e hoje governador do Rio de Janeiro (O GLOBO, 2018); um evento a favor da

proteção dos animais na Câmara dos Deputados – organizado pelo parlamentar conhecido por ter quebrado a placa com o nome dela – ocorrido no aniversário da morte da ativista, enquanto outro evento em sua homenagem acontecia, com alto som de latidos e com declarações como “os cachorros às vezes incomodam, mas no segundo seguinte estão abanando o rabo, por isso não tem por que você maltratar um animal” (BILENKY, 2019).

Como se vê, há uma proliferação de narrativas. Este entendimento de disputa é bastante trabalhado por Jacques Le Goff, que diz que o que sobrevive não é simplesmente o conjunto dos acontecimentos sobrevividos anteriormente, mas uma seleção efetivamente realizada, quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e das eras que transcorrem, os historiadores (1990, p.535). Por conta disto, não sendo a memória algo hermético e sempre sendo questionada, a narrativa que será feita dos fatos influenciará os fatos em si, a percepção que há destes. O que será dito, reproduzido e o que será entendido a respeito de determinado evento ocorrido no seio social vem a ser determinado com base na maneira com que este evento é relatado e de como ele será registrado. Assim, num cenário de contestação de narrativa, havendo forças antagônicas brigando pelo modo como determinada ocorrência será reproduzida no imaginário, o que se encontra, na verdade, é uma briga pela História e pela ocorrência em si e o que ela significará para a sociedade e como reverberará. Seria, portanto, um confronto não apenas pela memória de certo fato e pelo feito com que ele será transmitido; não apenas a busca pelo monopólio de um relato e do que se lembra sobre determinado episódio; seria, talvez primordialmente, a intenção de haver a primazia sobre o legado de certo evento e a influência que este terá sobre a sociedade.

De acordo com essa percepção, quando forças sociais distintas, sejam elas identificadas como progressistas, sejam como conservadoras, tencionam dar uma narrativa para Marielle, para quem ela foi e para o que significava – e poderia significar –, buscam então brigar pela ideia de Marielle, pelo que ela representa e pelo desdobramento que isso pode ter na sociedade. Sendo, como dito por Pollak, a memória um poderoso componente do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva (1992, p.207), ter o domínio sobre ela é poder influir em como o fato a que ela está ligada vai se manifestar nesse mesmo coletivo. Daí ser tão importante o poder sobre a memória e sobre as narrativas de um acontecimento, pois, a depender de como isso será feito, o resultado social pode ser muito diverso. Com base nisso, e tendo em vista os relatos de disputa aqui já trazidos, e percebendo-se como a conjuntura política brasileira atual segue sendo cenário de virulenta adversidade em relação às ideias que cada lado entende como devendo ser norteadoras da sociedade, mais uma vez observamos o terreno complexo da

proliferação de narrativas, o que remete ao conceito de cultura da memória de Andreas Huyssen, anteriormente abordado (2000, p.15).

Atentando a este panorama, são substanciais as lições trazidas por Alexander Crummell e reproduzidas por Achille Mbembe de que, sendo possível (quicá necessário) aprender com o passado, não é possível, contudo, viver nele, e noções como dever, responsabilidade e obrigação dizem respeito ao futuro, que é o tempo da esperança (CRUMMEL apud MBEMBE, 2014, p.163). Mbembe, ao abordar a escravatura, distingue a memória desta de um apelo a um passado de mágoa e degradação. Afirma que, para sair da escravidão rumo à liberdade, não basta apenas lembrar, sendo preciso reconstruir o eu e inventar uma nova interioridade (2014, p.164). Neste sentido, ao se falar de Marielle Franco e da construção de seu legado, portanto, somente rememorar quem ela foi não é suficiente, sendo fundamental sempre considerar a representação das possibilidades que ela personificava. Mulher, negra, LGBT, periférica, ao alcançar as posições que alcançou, sendo a quinta candidata mais votada na eleição em que concorreu e tendo exercido a função de representante do povo de dentro do Estado, Marielle simboliza o empoderamento de minorias e a conquista de espaços por grupos sistematicamente excluídos.

Seguindo esta concepção, ao se explorar o seu legado, mais do que meramente se ater a questões práticas e pretéritas, como, v.g., os eventuais projetos que a vereadora apresentou durante sua atuação na Câmara, é preciso adentrar no meio propositivo do que se fazer com a memória de Marielle e de como as ideias concebidas dos fatos ocorridos podem moldar o futuro. Exemplo efetivo disso foi o resultado das eleições de outubro de 2018 para a ALERJ e para a Câmara dos Deputados, ocorridas pouco menos de sete meses após o seu assassinato, em que se observou um aumento da representatividade negra e feminina entre os parlamentares. Dentre as deputadas eleitas, pelo menos quatro assumidamente se declaram como continuadoras dos anseios de Marielle (ALTINO, 2018). Também, no Carnaval de 2019, após o desfile das escolas de samba do Rio de Janeiro, a Estação Primeira de Mangueira se sagrou campeã da festividade com um samba-enredo que criticava o racismo estrutural e homenageava a ativista (GRELLET; NUNES, 2019), trazendo para o âmago de um dos maiores eventos do planeta a discussão em torno de lutas históricas que Marielle integrava. Não somente Marielle, “Histórias pra Ninar Gente Grande” enaltece, através da música, a história dos apagados pela História, o destino do periférico, esquecido, derrotado, assimilado. Por meio do samba, então, faz-se justiça, reescreve-se a práxis e quebra-se paradigmas, dando voz aos silenciados. O crime contra ela, desta forma, fez exsurgir debates em diversos campos da sociedade sobre as bandeiras que Marielle carregava, sobre os grupos que representava e sobre propósitos que perseguia.

Ainda se debruçando sobre os usos da memória, Mbembe, dessa vez explorando as reflexões de Fabien Eboussi Boulaga, fala de uma memória vigilante (BOULAGA apud MBEMBE, 2014, p.165). Diz que a função da vigilância é impedir a repetição e é mister haver uma memória vigilante para que episódios traumáticos não se reproduzam. Falar do legado de Marielle, com este enfoque, é não se restringir apenas ao que foi feito pela ativista e o que será feito com a sua memória, mas, com a mesma importância, o que não será feito. A forma com a qual se lida com o aniquilamento da vereadora (e com a tentativa de aniquilamento de sua memória) é igualmente fundamental de se analisar ao se falar de legado. Ilustrando essa concepção, seu homicídio, ocorrido de forma brutal, se for rapidamente elucidado e dando-se a devida punição aos responsáveis, pode vir a coibir que mais eliminações como a dela tornem a acontecer. Da mesma forma, se a intenção dos criminosos foi silenciar as ideias e lutas de Marielle, ao se dar grandes repercussões a estas - como tem ocorrido, conforme os exemplos trazidos anteriormente -, o intuito reprovável terá tido efeito inverso, pelo que não só fará com que, diferentemente do possivelmente pretendido, Marielle não seja emudecida, como, mais ainda, seus propósitos tenham uma ressonância muitíssimo maior do que teriam de outra forma. Um modo, portanto, de derrotar seus algozes e permitir que Marielle viva é fazer com que sua voz seja mais ouvida do que nunca. O presente é o tempo da ação, e, para se fazer Marielle presente, é preciso lembrar. Marielle não é apenas o que ela fez, o que ela deixou. É como ela nos deixou, e a memória que teremos (e como lidaremos e o que faremos com essa memória) é que de fato determinará o seu legado.

Referências Bibliográficas

ABREU, T. Marielle: memória viva. *Jornal da PUC*. Disponível em: <http://jornaldapuc.vrc.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infol=10698&sid=29>. Acesso em: 24 abr 2019.

AGÊNCIA BRASIL. Mangueira conta história do Brasil pela ótica dos heróis populares. *Agência Brasil*. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-02/mangueira-counta-historia-do-brasil-pela-otica-dos-herois-populares>. Acesso em: 24 abr 2019.

ALTINO, L. Quatro ‘herdeiras’ de Marielle são eleitas deputadas no Rio. *O Globo*. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/quatro-herdeiras-de-marielle-sao-eleitas-deputadas-no-rio-23141327>. Acesso em: 24 abr 2019.

BILENKY, T. Deputados usam cachorros para atrapalhar ato por Marielle na Câmara. *Folha de S. Paulo*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/03/deputados-irrompem-ato-por-marielle-na-camara-com-latidos-de-cachorro.shtml>. Acesso em: 22 abr 2019.

CANÔNICO, M. A. Da Maré, vereadora fazia parte do “bonde de intelectuais da favela”. *Folha de S. Paulo*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/03/feminista-negra-e-cria-da-mare-quem-foi-a-vereadora-marielle-franco.shtml>. Acesso em: 23 abr 2019.

CARNEIRO, J. Mulher, negra, favelada, Marielle Franco foi de “cria da Maré” a símbolo de novas lutas políticas no Rio. *BBC Brasil*. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-43423055>. Acesso em: 23 abr 2019.

COUTELLE, J. Qual a porcentagem de crimes solucionados pela polícia no Brasil? *Superinteressante*. Disponível em: <https://super.abril.com.br/mundo-estranho/qual-a-porcentagem-de-crimes-solucionados-pela-policia-no-brasil/>. Acesso em: 22 abr 2019.

FOLHA DE S. PAULO. Marielle Franco foi mais votada em bairros nobres do Rio de Janeiro. *Folha de S. Paulo*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/03/marielle-franco-foi-mais-votada-em-bairros-nobres-do-rio-de-janeiro.shtml>. Acesso em: 24 abr 2019.

G1. Manifestantes protestam pelo país contra a morte de Marielle Franco. *G1*. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/manifestantes-protestam-pelo-pais-contr-a-morte-de-marielle-franco.ghtml>. Acesso em: 21 abr 2019.

G1. Marielle engravidou aos 16? Foi casada com o traficante Marcinho VP? Ignorava as mortes de policiais? Não é verdade! *G1*. Disponível em: <https://g1.globo.com/e-ou-nao-e/noticia/marielle-engravidou-aos-16-foi-casada-com-o-traficante-marcinho-vp-ignorava-as-mortes-de-policiais-nao-e-verdade.ghtml>. Acesso em: 23 abr 2019.

G1 BA. Câmara Municipal aprova lei que homenageia Marielle Franco com nome em rua de Salvador. *G1*. Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2018/10/31/camara-municipal-aprova-lei-que-homenageia-marielle-franco-com-nome-em-rua-de-salvador.ghtml>. Acesso em: 24 abr 2019.

GRELLET, F.; NUNES, F. Com homenagem a Marielle Franco, Mangueira vence carnaval do Rio. *Estadão*. Disponível em: <https://brasil.estadao.com.br/noticias/rio-de-janeiro,com-homenagem-a-marielle-franco-mangueira-vence-carnaval-do-rio,70002745655>. Acesso em: 24 abr 2019.

HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

LEE GOFF, Jacques. *História e memória*. Trad. Bernardo Leitão et al. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990

MBEMBE, Achille. *Crítica da Razão Negra*. Trad. Marta Lança. Portugal: Antígona, 2014.

NOSSA, L. País tem pelo menos 194 assassinatos de políticos ou ativistas sociais em 5 anos. *Estadão*. Disponível em: <https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,pais-tem-pelo-menos-194-assassinatos-de-politicos-ou-ativistas-sociais-em-5-anos,70002231748>. Acesso em: 22 abr 2019.

O GLOBO. É #Fato que deputados eleitos pelo PSL quebraram a placa com nome de Marielle Franco em comício de Wilson Witzel. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/fato-ou-fake/e-fato-que-deputados-eleitos-pelo-psl-quebraram-placa-com-nome-de-marielle-franco-em-comicio-de-wilson-witzel-23140096>. Acesso em: 19 abr 2019.

POLLAK, M. Memória e identidade social. *Revista Estudos Históricos*. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941/1080>. Acesso em: 24 abr 2019.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. Trad. Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

VEJA. Paris homenageará Marielle Franco com nome de espaço público. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/mundo/paris-homenageara-marielle-franco-com-nome-de-espaco-publico/>. Acesso em: 24 abr 2019